COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

REQUERIMENTO Nº DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Requer a realização de Audiência Pública em alusão ao Dia Nacional dos Direitos Fundamentais da Pessoa com Transtornos Mentais

Senhor Presidente,

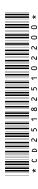
Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, em alusão ao Dia Nacional dos Direitos Fundamentais da Pessoa com Transtornos Mentais, celebrado anualmente em 10 de outubro, conforme instituído pela Lei nº 13.061, de 22 de dezembro de 2014, com a finalidade de promover o debate sobre a proteção e a promoção dos direitos das pessoas com transtornos mentais, com foco na inclusão social, no cuidado em liberdade e na cidadania.

JUSTIFICATIVA

A saúde mental deve ser compreendida como um direito fundamental, inseparável do bem-estar integral e da dignidade humana. O Dia Nacional dos Direitos Fundamentais da Pessoa com Transtornos Mentais representa um marco de reflexão e ação sobre os desafios enfrentados por milhões de brasileiros que convivem com transtornos mentais em um cenário de estigma, desinformação e negligência.

Apesar dos avanços proporcionados pela Reforma Psiquiátrica e pela criação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), as pessoas em sofrimento psíquico ainda encontram inúmeros obstáculos para acessar serviços públicos de saúde, educação, moradia e trabalho. A exclusão social, o preconceito institucionalizado e a violação de direitos permanecem como barreiras persistentes à sua plena cidadania.

A realização desta audiência pública é fundamental para reafirmar o princípio do cuidado em liberdade com base na escuta qualificada, no acolhimento amizado e na valorização da autonomia dos sujeitos. É preciso fortalecer os



Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), apoiar iniciativas intersetoriais e estimular práticas que articulem saúde, justiça social e reintegração comunitária.

O compromisso com os direitos das pessoas com transtornos mentais é, acima de tudo, um compromisso com uma sociedade mais justa, empática e democrática. O Parlamento deve ser protagonista na defesa de políticas públicas que tratem essas pessoas como sujeitos de direitos, e não como meros objetos de tutela ou exclusão.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Sala das Comissões, de de 2025

DEPUTADO DUARTE JR PSB/MA

